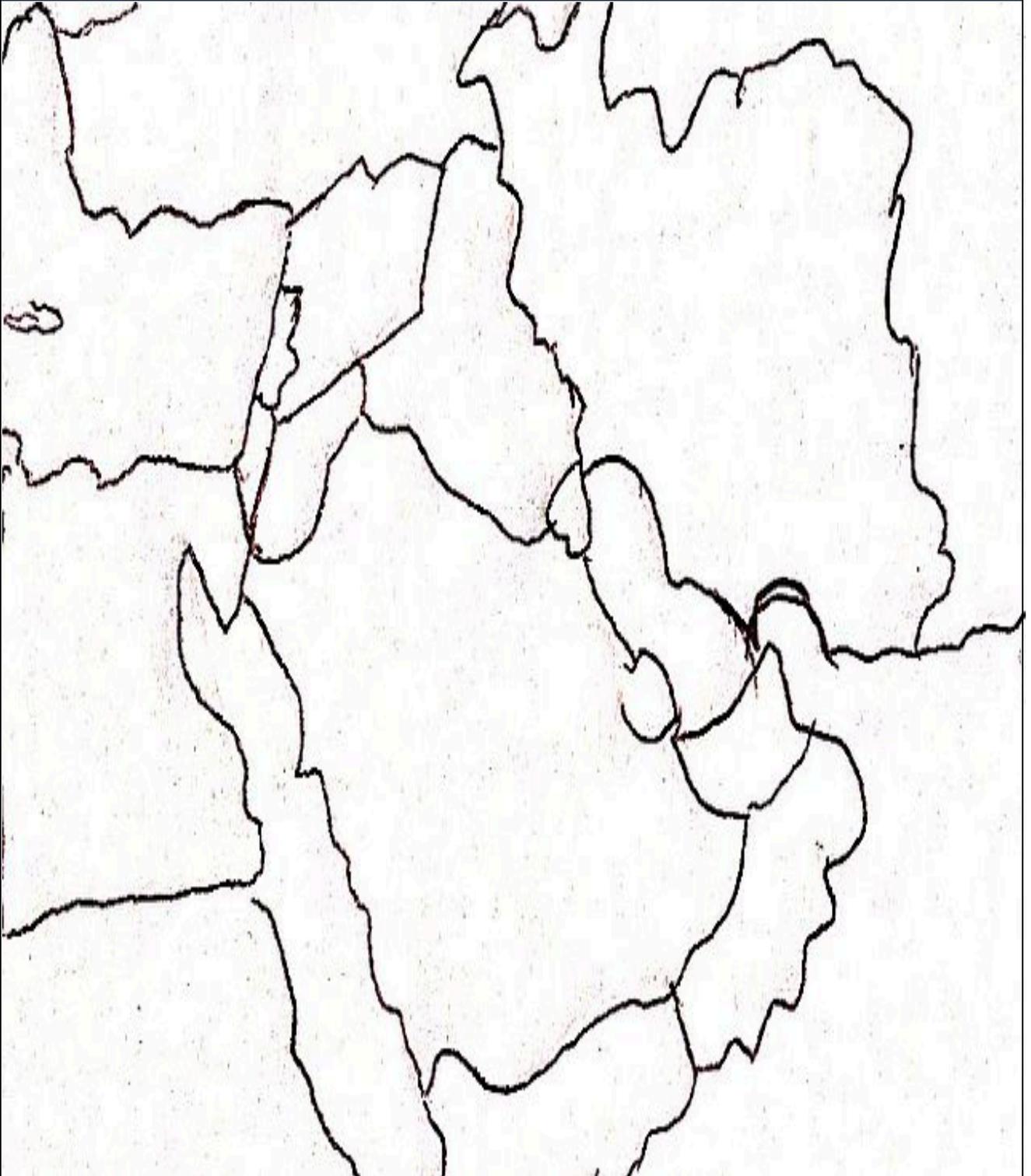


1º Volume

Fev. 2016

Oriente-se!

Oriente-se!



Sumário

Apresentação da Revista.....	3
Percepções sobre o “árabe” no Brasil.....	4
Por Patricia El-Moor	
Novas Incertezas, Velhas Certezas	Sobre as
fronteiras cambiantes no Oriente Médio.....	26
Por Maurus Reinkowski	
“O perfil do jovem jihadista”	45
Por Angela Lano	
Construindo uma Identidade Nacional no Líbano	58
Por Dinara Pisareva	
Resolvendo o Conflito Israelense-Palestino - uma Solução Bi-Estatal	72
Por Raphael Cohen-Almagor	

estereotipados: “A ideia de que os palestinos e os árabes em geral têm uma tendência natural à violência e ao terrorismo, por exemplo, é uma generalização completamente absurda. Ou a ideia de que os palestinos não amam os seus filhos e têm um apreço pelas armas”, critica.

Cabe ainda recordar que James Zogby, presidente do Instituto Árabe-Americano, costuma afirmar que os problemas dos árabes antecede os atentados e está relacionado com a questão palestina. Cristão filho de libaneses, ele explica que, assim como os italianos eram erroneamente ligados à máfia, os árabes são ao terrorismo. “O conflito árabe-israelense criou o estereótipo do árabe terrorista, especialmente depois das guerras de 1967 e 1973”, explica. (ZOGBY apud CHACRA, 2009) ¹³

A noção de que existe algum tipo de "ameaça islâmica" continua permeando o imaginário de muita gente. Para a jornalista Margarida Santos Lopes, autora do *Novo Dicionário do Islão* (Trata-se de uma versão corrigida e aumentada, publicada em 2010, após a primeira edição ter sido lançada em 2002), "muitas vezes o nosso medo do outro tem a ver também com a nossa ignorância. O medo vai sempre subsistir". ¹⁴

A título de exemplo sobre como essas ideias perpassam o cotidiano de uma sociedade, cabe aqui a citação rápida a respeito de um episódio ocorrido em 2013. Em Brasília, a exposição *Mestres do Renascimento* esteve aberta para visita

Centro Cultural do Banco do Brasil entre os meses de outubro a janeiro do ano seguinte. O texto da curadoria refletia, em certa medida, detalhes que indicam e/ou sugerem a forma com que o Ocidente se relacionou com o mundo árabe, muitas vezes islâmico, ao longo dos séculos. Na cronologia disponível logo na entrada da galeria, havia, entre tantas datas importantes, uma que chamou a atenção pela forma como estava escrita: "Reconquista cristã sobre a invasão muçulmana na Espanha". A associação entre Islã e a ideia de invasão parece ter se tornado algo "natural", ao passo que, quando a ocupação se dá em direções contrárias ela ganha outros nomes, parecendo, inclusive, minimizar alguns fatos importantes.

Cabe aqui também menção ao autor do livro *100 Mitos sobre o Médio Oriente*, Fred Halliday (2005), que afirma não haver nenhum choque de civilizações, como se deseja fazer acreditar. Em seu livro, o cientista político apresenta os fatos mais correntes que os ocidentais costumam usar ao se referirem aos árabes, embora careçam de fundamentos verídicos. Halliday não desmitifica 100 teses, porém, ele mostra que algumas coisas são muito menos simplórias do que se costuma difundir. Um dos mitos citados na publicação diz respeito à frequência da guerra no Oriente Médio, nos tempos modernos, que representa a “expressão de uma antiga tradição de violência e conquista e de uma cultura que promove a violência. Abaixo, a refutação do autor para ideia não raro repetida por diversas pessoas ao se referirem àquela região:

A frequência da guerra no período pós - 1945 não tem nada que ver com a frequência das guerras anteriores nem

¹³ Disponível em <http://blogs.estadao.com.br/gustavo-chacra/como-vivem-os-arabes-nos-eua-oito-anos-d/> . Acesso em: set. 2014.

¹⁴ Disponível em http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1683842&page=-1. Acesso em: ago. 2014.

Resolvendo o Conflito Israelense-Palestino - uma Solução Bi-Estatal

Raphael Cohen-Almagor

Resumo:

O objetivo desse texto é esboçar os parâmetros para a paz entre Israel e Palestina. Baseando nos Parâmetros de Clinton, o Acordo de Genebra, a Iniciativa Árabe e os diálogos entre Olmert e Abbas, argumenta-se a favor da solução de dois Estados e sugere-se um caminho conjunto para a paz. Se, e quando aceitas, essas sugestões constituirão a base para a resolução das questões litigiosas.

Abstract:

The aim of this paper is to outline the parameters for a lasting peace between Israel and the Palestinians. Drawing upon the Clinton Parameters, the Geneva Accord, the Arab initiative, and the Olmert-Abbas talks, the paper argues for a two-state solution and suggests a doable pathway to peace. If and when accepted, these suggestions will constitute the foundations for resolving all contentious issues.

Keywords: Israel, Palestine, peace, security, borders, Jerusalem, refugees, terror

Introdução

Segue-se uma tentativa, do ponto de vista da diplomacia e da ciência política, de delinear os parâmetros necessários para finalizar o prolongado e sangrento conflito Israelense-palestino. Para conseguir resolver um conflito tão profundo e entrincheirado três coisas são absolutamente essenciais:

- Um líder israelense comprometido com a busca da paz para seu povo e disposto a pagar o preço necessário;

- Um líder palestino comprometido com a busca da paz para seu povo e disposto a pagar o preço necessário;
- Uma crença comum à ambos os líderes de que está na hora da paz. Isso quer dizer que ambos os líderes acreditam que já foi derramado muito sangue, que está na hora de agir porque as coisas podem piorar para o seu povo, e que eles possuem a habilidade de liderar cada um o seu

povo para que aceitem o acordo de paz, melhorando a realidade.

Durante as últimas duas décadas, em nenhum momento esses três ingredientes coexistiram. Em 1993 e 2000, os Primeiros-ministros Rabin e Barak comprometeram-se com a paz e sentiam que estava na hora certa para a paz, mas esses sentimento e comprometimento não eram compartilhados pelo então líder palestino, Yasser Arafat. Nenhum dos três líderes possuíam apoio total de seu povo, e foram incapazes ou não desejosos de despertar em seu povo um sentido de urgência e desejo de paz, que é acompanhado de um alto preço. Argumenta-se que para escapar do impasse deve-se considerar os Parâmetros de Clinton,³⁷ o Acordo de Genebra,³⁸ a Iniciativa Árabe,³⁹ e os diálogos entre Olmert e Abbas.⁴⁰ Esses

documentos contem uma base para a resolução de todas as controvérsias.

Para construir a paz genuína, confiança, boa vontade e segurança mútua são essenciais. Acredito que se existe uma vontade, existe uma possibilidade de concretização. A paz é um bem precioso, logo é preciso que ambas as partes paguem um alto preço por ela, encontrando uma solução aceitável para ambos. O acordo de paz deve ser igualmente atraente para ambos, Israel e Palestina. Ele não pode ser unilateral, impositivo ou coercitivo. De todas as soluções possíveis atualmente disponíveis, a mais viável é a solução de Dois-Estados.

Os palestinos desejam possuir um Estado independente com as fronteiras de 1967, tendo como capital a Jerusalém árabe e um retorno substancial de refugiados para Israel. Os israelenses desejam manter o caráter judaico de Israel, já que é o único Estado judaico do mundo. Ambos desejam viver em tranquilidade e segurança, livres da violência e do terror. Ambos devem aceitar explicitamente as Resoluções 242,⁴¹ 338,⁴² e

³⁷ Os Parâmetros de Clinton, http://www.peacelobby.org/clinton_parameter_s.htm

³⁸ O Acordo de Genebra, <http://www.genevaaccord.org/mainmenu/english>

³⁹ A Iniciativa Árabe 2002, <http://www.albab.com/arab/docs/league/peace02.htm>

⁴⁰ Aluf Benn, "Haaretz exclusive: Olmert's plan for peace with the Palestinians", *Haaretz* (December 17, 2009), <http://www.haaretz.com/print-edition/news/haaretz-exclusive-olmert-s-plan-for-peace-with-the-palestinians-1.1970>; Ehud Olmert interview to Stephen Sackur, BBC *HARDtalk* (2009),

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RhsmGjUhoY8J:www.bbc.co.uk/iplayer/episode/b00n4fw3/HARDtalk_Ehud_Olmert_Israeli_Prime_Minister_2006_2009/+Ehud+Olmert+talks+to+Stephen+Sackur+about+his+Palestinian+peace+proposals&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=uk

⁴¹ Resolution 242 of November 22, 1967, <http://unispal.un.org/unispal.nsf/0/7D35E1F729DF491C85256EE700686136>

⁴² U.N. Security Council Resolution 338 of October 22, 1973,

1397⁴³ do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e as implementar por completo. Os seguintes parâmetros deverão formar a base para a paz:

Soberania, Relações e Fronteiras

Soberania Palestina— A soberania da Palestina deve ser declarada e respeitada.

Reconhecimento mútuo— Israel deve reconhecer o Estado da Palestina. A Palestina deve reconhecer o Estado de Israel. Uma declaração conjunta deve dizer explicitamente que a Palestina é o Estado do povo palestino, e que Israel é o Estado do povo judeu.

Relações diplomáticas bilaterais— Israel e Palestina devem estabelecer imediatamente relações diplomáticas, incluindo a instalação de embaixadores nas capitais.

Capitais— Cada Estado deve ser livre para escolher sua própria capital.

<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace+Process/Guide+to+the+Peace+Process/UN+Security+Council+Resolution+338.htm>

⁴³UN Security Council Resolution 1397 (March 12, 2002),

<http://www.rewordify.com/index.php?wpage=2001-2009.state.gov/p/nea/rt/11134.htm>

Fronteiras— Devem ser aceitáveis e lógicas para ambas as partes. Resolver o conflito aumentaria a legitimidade internacional de Israel para combater o terrorismo e lhe permitiria dedicar-se a emergente e séria ameaça do Irã.

Israel irá retirar-se para o território delimitado pela Linha Verde, evacuando os assentamentos e reassentando os colonos em outras partes do país. Ao estabelecer um acordo com a Autoridade Palestina, Israel poderá anexar os principais assentamentos— Ma’ale Adumim, Givat Ze’ev, Gush Etzion, Modi’in Illit e Ariel, que são aproximadamente 70% da população judaica na Cisjordânia e menos de 2% do tamanho de seu território— em troca de um território de proporções iguais.⁴⁴ Mudanças nas fronteiras devem ser mínimas e recíprocas. Durante a Cúpula de Taba, os palestinos apresentaram um mapa no qual Israel anexava 3.1% da Cisjordânia e transferiria um território de mesmo tamanho para a Palestina.⁴⁵

Contiguidade Territorial— Um corredor deverá ligar a Faixa de Gaza e a Cisjordânia para que haja uma passagem livre e segura.

⁴⁴Para mapas ver <http://www.geneva-accord.org/mainmenu/static-maps/>. Ver também Cisjordânia “Settlement Blocs”, *Peace Now*, <http://peacenow.org.il/eng/content/west-bank-%E2%80%9Csettlement-blocs%E2%80%9D>

⁴⁵Yossi Beilin, *The Path to Geneva* (NY: RDV Books, 2004), p. 239.

Enquanto durar a paz a rodovia deverá permanecer aberta e sobre a soberania palestina. Não haverá lá nenhum posto de inspeção israelense, e tão pouco os israelenses devem usá-la para entrar na Palestina. A palestina deve garantir que a passagem segura não seja utilizada para propósitos violentos, para que não termine a paz e a confiança entre os dois povos.

Barreira de separação — Deve estar de acordo com as fronteiras acordadas em 1967, tornando-as uma realidade política.

Security— Palestina e Israel deverão basear sua política de segurança em cooperação, confiança mútua, boas relações de vizinhança e proteção de interesses conjuntos.⁴⁶ Ambos tomarão todas as medidas necessárias para que os seus cidadãos vivam livres do medo. Segurança é essencial, tanto para israelenses como para palestinos, para que haja paz. O Estado palestino não deverá ser militarizado. Tal ponto foi tratado em 1995, assim como patrulhas israelense-palestinas no rio Jordão, a instalação de postos de alerta e de uma força permanente internacional de observação para garantir a implementação das medidas de segurança acordadas.⁴⁷

Terrorismo e violência — Ambas as partes devem trabalhar para inibir a violência: deve-se haver tolerância zero para com a violência. Zelotes e terroristas, palestinos ou judeus, deverão receber penalidades graves por qualquer violação da paz e da tranquilidade.

Jerusalém e os lugares sagrados

Jerusalém— A Palestina deverá estabelecer a nova capital, Al-Quds. Al-Quds deverá incluir Jerusalém oriental e terra e vilas palestinas adjacentes. Abu Dis, Al-Izariehand Al-Sawahre serão incluídas na capital palestina. A capital israelense deverá incluir Jerusalém ocidental e seus adjacentes assentamentos israelenses. Para manter a contiguidade palestina, Israel deverá ceder/abandonar alguns assentamentos no entorno da Jerusalém árabe.

Um status especial será atribuído à Cidade Antiga, aberta para todos os credos sob custódia internacional. Acordos especiais irão honrar a importância do Muro das Lamentações e do Bairro Judeu (*Rova*) para os judeus, e do mesmo modo acordos especiais irão honrar a importância dos lugares sagrados islâmicos e cristãos. Israel e Palestina deverão cooperar para dar segurança aos habitantes da Cidade Antiga.

Haram al-Sharif— No dia 31 de Março de 2013, a Autoridade Nacional Palestina (PA) e a Jordânia assinaram um acordo confiando ao rei Abdullah II a defesa de lugares sagrados muçulmanos e cristãos em

⁴⁶The Geneva Accord,

<http://www.informationclearinghouse.info/article5019.htm>

⁴⁷Beilin, *The Path to Geneva*, p. 169.

Jerusalém.⁴⁸ Enquanto a Jordânia deve fazer parte de qualquer acordo sobre o lugar, deve-se fazer um arranjo mais amplo. Tal como acordado por Mahmoud Abbas e Ehud Olmert, Haram al-Sharif deve estar sobre o controle de um consórcio de cinco nações: Palestina, Israel, Jordânia, Arábia Saudita e Estados Unidos. A Waqf de Jerusalém continuará a sua administração. Judeus deverão ter livre acesso. Escavações em busca de antiguidades poderão ocorrer com o consentimento total de ambas as partes. Do mesmo modo, alterações em fundações e estruturas históricas poderão ocorrer somente se houver o aval de ambas as partes.

Água e direitos de pesca

Água— Israel e Palestina deverão procurar uma solução justa que não infringirá os direitos de ambas as partes e garantirá ao povo palestino o abastecimento de água necessário para a sua sustentação e crescimento.

Pesca— Israel e Palestina deverão possuir direito à pesca em suas respectivas áreas territoriais.

Reforma Educacional

⁴⁸Analysts: Jerusalem deal boosts Jordan in Holy City, *Ma'an News Agency* (April 3, 2013), <http://www.maannews.net/eng/ViewDetails.aspx?ID=581765>

Educação— Israel e Palestina devem dividir um currículo que envolva boas relações internacionais, a compreensão de culturas e religiões, e respeito pelos outros. Esse programa educacional deverá começar no maternal, e continuar durante o ensino básico, fundamental e médio. Em todos os grupos etários, deverá ser ensinado os conceitos vitais para a aceitação do outro. Este programa é essencial para ser estabelecida relações pacíficas e de confiança entre os dois povos.

Idiomas— Começando no ensino básico, o árabe deverá ser ensinado aos alunos das escolas judaicas. Igualmente o hebreu deverá ser ensinado aos alunos das escolas palestinas. O idioma é a ponte mais importante entre diferentes culturas e nações. Israelenses deverão dominar o idioma árabe da mesma maneira que hoje dominam o inglês. Palestinos deverão dominar o idioma hebraico.

Provocação— Ambas as partes deverão combater a intolerância, o racismo, a provocação e o ódio. Isso inclui um estudo do currículo educacional nos dois países. Deverão inspecionar seus livros didáticos para que sejam removidas provocações, racismo, intolerância e demonstrações de ódio. O currículo escolar deverá priorizar a paz, a tolerância e a liberdade. A mídia será utilizada para promover o reconhecimento mútuo e mensagens de paz e reconciliação.

Libertação de prisioneiros e o direito de retorno

Prisioneiros— Israel deverá libertar um número previamente acordado de prisioneiros como um ato de “boa vontade”, parte do processo de criação de sentimento de confiança. Com o tempo, enquanto o sentimento de confiança cresce em ambas as partes, todos os prisioneiros por questão de segurança deverão ser libertados.

Refugiados e o direito de retorno— Esta é uma questão importante tanto para a Palestina quanto para Israel. Para os palestinos é uma questão de justiça, equidade e história. Para os israelenses é um debate no qual muitos israelenses se recusam a reconhecer sua responsabilidade na tragédia palestina. Muitos israelenses são contra o direito de retorno já que isso implicaria o fim do sionismo. A população de refugiados original é estimada em 700,000-750,000 e cresceu para 4,966,664 refugiados registrados na UNRWA no final de Novembro de 2010. Cerca de 40% dos refugiados vivem na Jordânia, onde eles são um terço da população; outros 41% estão na Cisjordânia em Gaza, 10% na Síria, e 9% no Líbano. Na Cisjordânia, os refugiados são um terço da população, enquanto que em Gaza são 80%.⁴⁹

Israel e Palestina debatem sobre esse tema interminavelmente, como uma questão de princípio, sem, no entanto, pesquisar quantos refugiados tem a intenção de retornar a Israel, se isso fosse uma opção para eles. Uma ação dupla é preciso:

Primeiro, Israel precisa reconhecer e compartilhar a responsabilidade com os palestinos para resolver a questão. Israel precisa confrontar a história de forma aberta, refutar os mitos e reconhecer o papel que desempenhou na criação de refugiados.

Segundo, a Palestina precisa mapear a população, estabelecer um número e depois realizar uma pesquisa com os refugiados que incluía as seguintes opções:

- Retornar a Israel;
- Retornar à Cisjordânia;
- Retornar à faixa de Gaza,
- Imigrar para um terceiro país que se comprometeria a aceitar uma certa quota (o apelo será feito a países que recebem migrantes regularmente para participarem desse esforço de assentamento); ou
- Permanecer onde estão.

Os refugiados de 1948 poderão estabelecer-se na Palestina. O restante do mundo deverá estabelecer quotas de migração para os palestinos que lá queiram se estabelecer. O encontro de famílias deverá ser permitido em Israel, dentro de uma quota anual estabelecida, mas o retorno em massa de refugiados a Israel não será permitido. Esse sonho deve ser abandonado.

⁴⁹Alan Dowty, *Israel/Palestine* (Cambridge: Polity, 2012): 243.

Acordos econômicos— Israel e palestina deverão considerar oportunidades para cooperação econômica, capitalizando com o potencial de ambos, otimizando os recursos e coordenando os esforços. Israel deverá ajudar a Palestina a desenvolver uma economia independente e abrir as portas para a Palestina no mundo ocidental e em outros lugares. A Palestina deverá abrir as portas para a integração de Israel no Oriente Médio, como um membro de igual valor entre os países vizinhos. A Palestina ajudará Israel a desenvolver relações econômicas, industriais e turísticas, entre outras, com os países árabes e muçulmanos.

Comércio Internacional— Israel e Palestina deverão conduzir o seu comércio exterior de acordo com seu julgamento. Para desenvolver a confiança entre as duas partes, um nível de transparência deverá ser acordado e memorandos assinados.

Turismo— Israel e Palestina deverão coordenar esforços para promover o turismo na região, colaborando com países vizinhos para facilitar as experiências culturais e religiosas únicas dessa região.

Comunicação e Mídia— Deverão ser abertos canais de comunicação mútuos na televisão, no rádio e na Internet. Esses canais deverão ser transmitidos em dois ou três idiomas: árabe, hebreu e possivelmente inglês. O idioma e a comunicação são importantes para

a manutenção das relações cordiais entre vizinhos.

O Fim do Conflito— Uma declaração oficial do fim do conflito israelense-palestino seguido da assinatura de um amplo acordo abrangendo várias questões e preocupações.

Relações Internacionais

O grupo permanente dos quatro— Egito, Israel, Jordânia e Palestina deverão manter uma comissão permanente para discutir e resolver questões diplomaticamente. Seriam discutidas questões ligadas ao Porto de Gaza, desenvolvimento econômico, água, turismo, segurança no rio Jordão e no Sinai, e na luta contra o terrorismo e o radicalismo.

Arbitragem internacional— Questões complicadas que não forem resolvidas por uma negociação direta deverão ser encaminhadas para um comitê especial de arbitragem. O comitê especial deverá possuir um igual número de palestinos e israelenses e inúmeros especialistas internacionais. Somente especialistas aprovados pelas duas partes serão convidados a fazer parte do comitê. O comitê incluirá juristas, economistas especialistas em direitos humanos e em Oriente Médio. Suas resoluções devem ser finais e irrevogáveis. Ambos, Israel e Palestina deverão aceitar as decisões do Comitê. Um modelo a seguir

poderá ser o de Taba criado para resolver o conflito entre Israel e Egito.

Conclusão

Para resolver o conflito israelense-palestino, precisamos de líderes corajosos em ambas as nações, que aproveitem as oportunidades e busquem o melhor para o seu povo. Os dois

países precisam de paz. Ambos os povos, como todos os povos, gostariam de viver em paz e segurança. Vidas “normais” livres de ocupações, terror e violência. Israelenses e palestinos legitimamente demandam que seus respectivos governos tornem isso realidade. Paz e segurança são *sine qua non* para o desenvolvimento, prosperidade e longevidade em uma região crivada por conflitos sangrentos e uma política divisória e cruenta.